

COLETIVOS EM REDE: REINESCO – REDE DE INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDARIOS E SUSTENTÁVEIS DO CENTRO OESTE ¹

Profª Ms. Dilma Lourença da Costa²
costad@terra.com.br
UNEMAT

Prof. Ms. Clovis Vailant³
vailantc@terra.com.br

Patrick de Oliveira Costa ⁴
patrickocosta@gmail.com

RESUMO

O presente texto objetiva apresentar a REINESCO - Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste, constituída por cinco Universidades parceiras: UNEMAT, UNB, UFGD, UEMS e UFMS. No âmbito da UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso a coordenação geral é desenvolvida pela INCUBEES - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, ligada ao Núcleo UNEMAT /UNITRABALHO. A REINESCO tem como Objetivo Geral “a constituição de uma rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, ampliando o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas e estabelecendo uma rede de pesquisadores de metodologias de incubação e de ferramentas adequadas para a autogestão em diferentes cadeias produtivas e redes de colaboração, com o intuito de consolidar os empreendimentos econômicos solidários a partir da ampliação de sua participação no mercado, inclusive o de compras públicas”. A metodologia de desenvolvimento da Rede foi organizada em três frentes de trabalho, debates e trocas de experiências sobre a metodologia de incubação, desenvolvimento da metodologia de constituição de redes e cadeias solidárias a partir da experiência da UNEMAT, e desenvolvimento da metodologia de autogestão em rede. As ações promovem ensino pesquisa e extensão e formação, mais especificamente sobre Redes de Colaboração Solidárias, Cadeias Produtivas Solidárias e Comercialização Justa e Solidária. Cada incubadora selecionou dois EES - Empreendimentos Econômicos e Solidários e de forma participativa atuam com foco na inserção deles no mercado, buscando a ampliação da renda dos participantes dos coletivos de produção. A gestão da REINESCO em Cáceres é desenvolvida pela INCUBEES/UNEMAT que definiu como empreendimentos a COOPERLIVRA - Cooperativa dos Pequenos Produtores de Sant’Ana do Livramento/MT, e a FEIRA VIRTUAL de Cáceres/MT. A rede tem enfrentado desafios, mas vem buscando superá-los, tendo em vista a sua proposição de usar a tecnologia de informação a serviço da economia solidária, visto que esta é uma ferramenta que serve perfeitamente à economia capitalista e globalizada de produção e comércio.

Palavras chave: Economia solidária; Rede; Comércio Justo.

INTRODUÇÃO

¹ Projeto Financiado pela FINEP - Financiadora de Estudos e Pesquisas. Trata-se de um Projeto de Extensão institucionalizado na PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNEMAT.

² Professora no Curso de Geografia e em Cargo de Gestão - Assessora de Extensão na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNEMAT - Gestão 2010/2014. Coordenadora do Projeto REINESCO Local.

³ Professor Pesquisador CNPQ, Extensionista FINEP e Coordenador Geral da REINESCO.

⁴ Graduado em Ciências Biológicas pela UNEMAT e técnico contratado pelo Projeto.

A fluidez do mundo contemporâneo impõe às relações de produção e comércio novas estratégias, a fim de atender as demandas para o consumo. Os impactos diretos destas estratégias ocorrem sobre os territórios, em maior ou em menor grau, em decorrência da evolução nos meios técnicos e científicos, seja pelo avanço nos meios de transporte, seja pelo avanço nos meios de comunicação.

Diariamente vemos encurtarem-se as fronteiras, possibilitando assim uma maior interligação sócio-espacial, jamais vista na história da humanidade, ou seja, vivemos no mundo da simultaneidade, do tempo real dos fatos, que se dá especialmente pelo mundo interligado em redes por meio da globalização da economia.

Ocorre que este mundo globalizado não é homogêneo no sentido das vantagens e benefícios no tocante ao acesso aos meios de produção e de comércio e, especialmente para o mundo do trabalho, atinge os lugares e os territórios de forma diferenciada. O que exige que pessoas no mundo inteiro estejam em busca constante de reinvenção de trabalho, produção e comércio para a sua sobrevivência e manutenção familiar.

Uma das formas de sobrevivência no mundo capitalista que vem ganhando espaço são as organizações coletivas na perspectiva da economia solidária, ou seja, as possibilidades para pessoas organizadas em grupos os torna fortes, uma vez que, unidos em torno de um objetivo comum para produzir e comercializar, as possibilidades de se sobressaírem economicamente são maiores.

Neste caso em específico a opção pela rede de economia solidária, enquanto estratégia de formação e de organização é a base fundamental da REINESCO e culmina com a ideia defendida por Varanda e Bocayuva (2009, p. 66):

A estratégia de fomentar tecnologias de organização de redes sociais e produtivas, com base em circuitos populares – um dos principais enfoques das metodologias de incubação – baseia-se numa perspectiva mais ampla de descentralização da riqueza. É uma estratégia de redesenho distributivo, que combina densidade e qualidade do trabalho, com acesso à informação e ao conhecimento. Ela supõe repensar o modo de produção e reprodução social, na sua relação com o conhecimento.

Além destas implicações, a articulação dos empreendimentos solidários dá maior noção de território ao coletivo e reforça a luta local com a solidariedade econômica e de classe, que se auto-reconhece e se articula, criando assim condições melhores de produção e reprodução a partir de sua nova territorialidade, resultante da estratégia de enfrentamento, ou seja, aí no caso em análise se configura um território articulado e ampliado em rede de estratégia de gestão ainda em construção, uma vez que a rede se encontra em fase de aprimoramento.

E, no sentido de demonstrar esta articulação, propôs-se o presente texto, objetivando apresentar a REINESCO - Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste, constituída por cinco Universidades parceiras: UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso, UNB - Universidade de Brasília, UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. No âmbito da UNEMAT a coordenação geral é desenvolvida pela INCUBEES - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, ligada ao Núcleo UNEMAT/UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho.

A REINESCO tem como Objetivo a constituição de uma rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, ampliando o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas e estabelecendo uma rede de pesquisadores de metodologias de incubação e de ferramentas adequadas para a autogestão em diferentes cadeias produtivas e redes de colaboração, com o intuito de consolidar os empreendimentos econômicos solidários a partir da ampliação de sua participação no mercado, inclusive o de compras públicas.

A metodologia de desenvolvimento da Rede foi organizada em três frentes de trabalho: Debates e trocas de experiências sobre a metodologia de incubação; Desenvolvimento da metodologia de constituição de redes e cadeias solidárias a partir da experiência da UNEMAT; Desenvolvimento da metodologia de autogestão em rede. As ações promovem ensino, pesquisa e extensão por meio da formação sobre Redes de Colaboração Solidárias, Cadeias Produtivas Solidárias e Comercialização.

Cada incubadora se encarregou de selecionar dois EES - Empreendimentos Econômicos e Solidários e de forma participativa atuar com foco na inserção deles no mercado, buscando a ampliação da renda dos participantes dos coletivos de produção. A gestão da REINESCO desenvolvida pela INCUBEES/UNEMAT definiu como empreendimentos a COOPERLIVRA - Cooperativa dos Pequenos Produtores de Sant'Ana do Livramento/MT, e a FEIRA VIRTUAL de Cáceres/MT.

O diálogo entre os membros da rede é realizado por meio de reuniões virtuais, e por meio de reuniões presenciais com a coordenação geral em cada incubadora ou nos seminários regionais, que reúnem em geral todas as incubadoras das cinco universidades parceiras.

A rede tem enfrentado desafios, mas vem buscando superá-los, tendo em vista a sua proposição de usar a tecnologia de informação a serviço da economia solidária, visto que esta é uma ferramenta que serve perfeitamente à economia capitalista e globalizada de produção e comércio.

REFERENCIAL TEORICO

Economia Solidária e Redes: Um Contrassenso das Redes Existentes na Lógica Capitalista de Produção

O encurtamento do espaço geográfico, proporcionado pelo fenômeno das redes, traz uma dinâmica ao mundo capitalista, ao mesmo tempo em que encurta os espaços também os fragmenta. Santos (2006, p. 162) afirma que as definições de redes em termos conceituais se multiplicam, mas que é possível admitir a sua existência a partir de duas matrizes, a saber: uma que considera apenas “a sua realidade material” e outra onde se leva em conta “o dado social”. Estas são, na visão dele, condição para que as redes de fato existam, uma materializando-se nas infraestruturas que criam as condições para o transporte e a comunicação e a outra nas relações sociais, ou seja: “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 2006, p. 162).

Mesmo diante da estrutura e da amplitude das teias desenvolvidas pelas redes, ainda assim elas não são uniformes no sentido da sua abrangência, é o que afirma Santos (2006, p. 168):

E onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes de afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento.

A compreensão de Santos converge com a compreensão sobre rede que norteia as definições também delineadas em Economia Solidária, e com a multiplicidade de redes que vem sendo constituída nesta perspectiva.

As redes de economia solidária são diversas na sua forma de organização, temos redes mistas com diferentes atores do movimento, a exemplo da REMSOL - Rede Matogrossense de Educação e Sócio-Economia Solidária, existente em Mato Grosso, formada por Representantes da UNEMAT e por várias outras entidades do Estado, e outras que são chamadas de colaboração solidária e envolvem grupos de produção e grupos de consumo num processo de comercialização direta, e também as redes de empreendimentos, ou de metodologias de gestão de empreendimentos que é o caso da REINESCO.

As redes de empreendimentos surgiram com a finalidade do fortalecimento mútuo através da cooperação e da troca de informações sobre processos e comercialização interna à

rede. Esta proposta, no Brasil, surge desde o início da sistematização inicial das proposições da economia solidária. Souza (2000, p. 257-258) afirmou que esta proposta já era aplicada por agentes de ONGs e incubadoras que apoiavam empreendimentos:

[...] Nos últimos anos, tais agentes, e outros mais vêm procurando reunir os empreendimentos comunitários para que eles se ajudem mutuamente e então, coligados, possam adquirir viabilidade econômica. Juntando empreendimentos comunitários isolados, vislumbra-se a possibilidade de escala, seja na compra de matéria prima comum, seja na produção em conjunto, com o objetivo de obter custos menores e, conseqüentemente, preços finais competitivos. Entretanto, prevalece o primeiro aspecto, o do incentivo mútuo, isto é, a noção compartilhada de que os grupos podem se desenvolver ao comporem redes.

Mas o que de fato é uma rede de empreendimentos? A questão é interessante, pois antes temos a definição de rede e esta, atualmente, tem vários significados. Para Castells (2009), um dos autores mais citados sobre o tema, vivemos numa sociedade em rede, e é claro, que ganham destaque as redes de sustentação à hegemonização. Ribeiro (2000, p. 19) esclarece bem o papel destas redes:

Os obstáculos transparecem na compra obrigatória de elementos irrelevantes para a prática, em incompletudes técnicas continuamente recriadas e na subordinação do usuário à inovação permanente. As redes técnicas possibilitam, ainda, a transformação da comunicação em informação mercantil e a intensificação do ritmo da vida social, o que impede a reflexão, a meditação e a análise. Assim, as redes técnicas, estimuladas pela mídia onde os apresentadores surgem, agora, acompanhados de *laptops*, permitem o fechamento de todos os espaços e de todos os tempos, a substituição de redes sociais por redes técnicas, da sociabilidade e da interatividade pela conectividade e, como nos diz Milton Santos, pela competitividade.

Estas redes modernas servem bem à lógica do capital, sobretudo para ampliar o domínio, contudo Ribeiro (2000) ressalva que, se os atores contra-hegemônicos se apropriarem da ideia e das técnicas é possível utilizá-las para subverter a perversidade presente e se fortalecerem enquanto atores sociais.

Trata-se de um processo de apropriação de técnicas que, na realidade, foram desenvolvidas por coletivos da sociedade e dela expropriadas e direcionadas para um novo uso, o uso para a acumulação. A rede, de que tratamos aqui, é mais que uma definição de sua estrutura representável, ela é, na definição de Mance (2000, p. 24),

uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo

da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. (MANCE, 2000, p. 24).

Este tipo de rede existe para servir a outro modelo de economia, uma nova possibilidade de construção societária e, claramente, não se restringe a apenas promover o encontro de empreendimentos econômicos solidários para troca de informações, é a busca de religar o econômico com o social, reintegrando os debates e reconhecendo uma outra possibilidade de articulação; neste sentido, Varanda e Bocayuva (2009, p. 42) dissertaram:

O incentivo à organização de redes e segmentos produtivos vem se configurando como uma das principais estratégias para a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária. No entanto diferente das cadeias e arranjos produtivos desencadeados pela atuação das grandes empresas, os empreendimentos de economia solidária têm uma forte vinculação com sua base territorial. Neste caso podemos fazer referência à configuração de circuitos espaciais de produção, onde aspectos relacionados à espacialidade e à territorialidade são incorporados às dinâmicas sociais produtivas. Portanto, trata-se de formular e articular estratégias muito mais complexas do que simplesmente atuar na integração dos elos de uma cadeia produtiva.

No caso das redes de economia solidária a ideia é que estejam a serviço das pessoas todas as estruturas em rede. Esta afirmação não significa que o econômico não seja importante, desde o início o debate das redes sempre foi focado no que chamamos de sustentabilidade dos empreendimentos.

Sobre o caráter econômico das redes de economia solidária, ele não está esquecido ou relegado a um segundo plano, aliás, esta é parte da questão central, compreender a economia como parte da totalidade da vida e, portanto, não subordinada ao político ou ao social, mas integrada.

É importante rejeitar também a subordinação dos demais aspectos da totalidade a somente o sentido contábil, financeirista da economia capitalista. Sobre estes processos e sobre qual a estratégia das redes de economia solidária, e quais sujeitos podem e devem compô-las, Mance (2003, p. 220) afirmou:

Nesta segunda acepção, considerando-se o seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo.

Ainda sobre o caráter econômico inter-relacionado com os demais e sobre seus objetivos mais imediatos, e seu horizonte enquanto proposta de organização societal distinta, Mance (2003, p. 220) continua seus argumentos:

O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: (a) produzindo nas redes tudo que elas ainda consomem do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Estas propostas são, antes, tentativas de teorização; na prática, o domínio capitalista apresenta várias barreiras a estes processos e usa sua hegemonia econômica para criar mandos políticos locais. Uma das dificuldades enfrentadas por camponeses, atualmente, é para a comercialização direta de sua produção, que esbarra em uma legislação sanitária justificada pela segurança alimentar das pessoas na cidade.

Temos exemplos concretos destas possibilidades e dos limites impostos, já temos redes cujos doces produzidos são com açúcar produzido por empreendimentos solidários, mas ainda estamos longe de se conseguir, num exemplo mais radical, de que o gás de cozinha tenha a sua origem na economia solidária.

Citar exemplos das dificuldades enfrentadas nos ajuda a perceber como o capital busca meandros de explorar e garantir a acumulação, mesmo nas atividades produtivas autogestionárias solidárias e na produção camponesa.

Ainda no campo das propostas sobre formas e funcionamento das redes de economia solidária encontramos também algumas questões centrais, pois não caberiam na economia solidária, modelo altamente centralizado de redes capitalistas, por exemplo, redes varejistas de comércio, em que a abertura ou fechamento de uma loja é antes uma decisão de diretoria que, inclusive nos casos mais monopolistas, pode ser tomada em outro país, fora do alcance até material dos trabalhadores e trabalhadoras da rede.

As características de uma rede de economia solidária são uma somatória de princípios, valores e diretrizes de atuação, que foram sistematizadas por Mance (2003, p. 220):

As propriedades básicas dessas redes são: autopiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. A gestão de uma rede solidária deve ser necessariamente democrática, pois a participação dos membros é inteiramente livre, respeitando-se os contratos firmados entre os membros. Entre suas características estão: descentralização, gestão

participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo.

A autopsiase, como característica e possibilidade em uma rede, nos permite avançar na análise da mesma a partir de suas características e suas partes na interação, e é uma das bases da metodologia adotada no trabalho, que é compreender como as associações e cooperativas se propõem a organizar um instrumento coletivo de segunda ordem, que permite a elas ampliar sua presença territorial, mas também significa mais trabalho e maior cuidado com processos organizativos.

Como esta organização avança e cresce, se produzindo e reproduzindo enquanto agente político, econômico, social e territorial, é parte da compreensão necessária para avançarmos em processos de ampliação e enraizamento da economia solidária como proposta de transformação social, como afirmou Mance (2003, p. 222): “Essas redes de colaboração solidária atuando sobre as condições necessárias ao exercício das liberdades, podem estrategicamente avançar na construção de uma nova formação social, que se configure como sociedade pós-capitalista”. E, claro, esta sociedade nova demandará ainda tempo e formação, que são necessários para avançar nas propostas e nas práticas.

Vale a ressalva de que os mesmos equipamentos tecnológicos, que possibilitaram as redes nos moldes capitalistas se alavancarem, também estão a serviço das redes em economia solidária, o que diferencia na realidade são as possibilidades de acesso que em sua maioria não são completamente ou facilmente disponíveis aos empreendimentos, o que pode comprometer ou dificultar as ações coletivas.

Economia Solidária e Comércio Justo

O comércio na antiguidade basicamente existia por meio das trocas de um produto por outro, ou seja, o próprio produto era a moeda. Com o avançar das técnicas desenvolvidas pelo ser humano, conseqüentemente com o aumento da produtividade, transformaram-se as práticas tradicionais de comércio, pautadas na troca e/ou na reciprocidade, trazendo para a arena do comércio o dinheiro, moeda.

O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta, e ao longo do tempo acaba se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. Desse modo o dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos seus resultados. (SANTOS, 2002, p. 10).

Evoluíram as relações comerciais e, de forma avassaladora, acirrou-se a concorrência por espaços e poder, ampliando os impactos tanto no que se refere às questões ambientais quanto nas questões sociais, especialmente na exploração da força de trabalho.

Se a produção e o comércio nos moldes capitalistas atuais exigem cada vez mais dos recursos naturais e da força do trabalho, é sabido também que na mesma proporção que exige mão de obra qualificada é seletiva e excludente, revelando o que Harvey preconiza:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e feticiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções. (HARVEY, 2008, p. 307).

Esse processo que consegue sem muitos esforços desarticular sociedades inteiras, destruindo suas culturas criativas, pode em muitos casos despertar o interesse de grupos de pessoas que vivem à margem do capital, ou que de alguma forma estão inseridas, mas mal remuneradas, e necessitam complementar a renda familiar, buscar estratégias de sobrevivência, compatíveis com as potencialidades locais de reinventar, de matéria prima, de produção e de comércio, e que em geral buscam a união das forças dos seus iguais para a organização coletiva.

A estratégia de organização destes coletivos, quando articulados por instituições comprometidas que visam a organização produtiva e comercial, não apenas individual mas coletivas, tem se pautado nos princípios da economia solidária, ou seja no princípio da reciprocidade e da ajuda mútua.

Ressalta-se que um dos conceitos de economia solidária norteadores da proposição, neste caso em específico da Rede, é a ideia de Singer (2003, p.116), que afirma:

o conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

A organização coletiva em economia solidária também é uma possibilidade para a organização em rede de comércio e consumo, que pode ocorrer no campo e na cidade. O comércio e o consumo, denominado nesta perspectiva de comércio e consumo justo e solidário, embora esteja inserido num modelo de economia pautado nos moldes capitalistas, é diferenciado, e esta diferença é possível identificar na definição de Laforga (2004):

uma parceria comercial baseada na proximidade, transparência e respeito entre produtores e consumidores, com pretensão de reduzir as desigualdades no comércio internacional. No comércio justo, o consumidor consciente adquire não somente produtos, senão relações de compromisso com os produtores ao ficar informado da origem do produto – em seus atributos ético e ambiental. (LAFORGA, 2004, p. 150).

O comércio justo e solidário é um modelo de comércio fundado em práticas de produção e consumo sustentável, trata-se de um comércio onde se estabelecem relações de confiança, tanto do consumidor que sabe a origem do produto, quanto para o produtor que terá um consumidor fiel.

Outro ponto positivo no comércio justo e solidário é a possibilidade de eliminar a figura dos atravessadores, que normalmente se distribuem entre pequenos feirantes, de pequenos comerciantes a grandes empresas, sempre com o objetivo de comprar barato e obter lucros altos. Para Singer (2002, p. 84):

No caso da agricultura, há ganhos de escala importante a serem realizados também mediante a venda em comum das colheitas. Geralmente, os compradores dos produtos agrícolas são grandes firmas atacadistas ou indústrias processadoras, que frequentemente adiantam dinheiro ao camponês em troca do compromisso de venda da sua colheita. Estas são transações altamente assimétricas, em que numerosos pequenos produtores se defrontam com poucos grandes adquirentes. Estes últimos alcançam grandes margens de lucros de intermediação, porque sua superioridade econômica lhes permite pagar o mínimo aos produtores e cobrar o máximo aos varejistas, que tendem a ser pequenos e numerosos também.

São transações permeadas por uma desigualdade imensa, porém ocorre que, em muitas situações, o atravessador acaba sendo de extrema importância para o camponês, quando este enfrenta dificuldades para transportar e comercializar o seu excedente de produção. E, em muitos assentamentos da reforma agrária, a falta de infraestrutura de transporte acaba deixando o agricultor refém dos atravessadores, não lhe restando outra saída, senão a venda ou a perda da produção.

Um detalhe a ser considerado é que o trabalho de forma coletiva não é tarefa fácil, pois o sistema atual é hegemônico e dominante, e a nossa tendência é tomá-lo como normal ou natural (SINGER, 2002). Neste sentido, o trabalho coletivo exige reeducação, pois congrega pessoas de culturas diferentes, porém com um mesmo objetivo, o de viver bem, entre outros.

A economia solidária em prática, enquanto contraposição à exploração do trabalho pelo capital, é vista por muitos como luta anticapitalista, no entanto não se trata de combater o capitalismo, mas de buscar mecanismos para viver bem, já que este é o sistema vigente. Neste sentido, corrobora Martins (2003) em sua brilhante leitura sobre as diferenças, enquanto categorias sociais, entre as classes sociais, ao comparar operários e camponeses:

Quando a exploração se torna evidente e seu mundo comunitário ganha visibilidade como classe social, como meio que o capital utiliza para ampliar os ganhos propriamente capitalistas, suas demandas e lutas se tornam, no geral, lutas anticapitalistas. Isto é, não são lutas para superar e transformar o capitalismo, para resolver sua contradição fundamental que está na produção social e na apropriação privada dos resultados dessa modalidade de produção. (MARTINS, 2003, p. 82-83).

São “lutas antagônicas”, porque, de um lado está o capital, que domina a produção e o mercado, e do outro, neste exemplo, o operário e o camponês, cujo objetivo principal é a manutenção familiar. No caso do operário, o que ele vende é a sua força de trabalho, enquanto o camponês, a sua relação com o mercado se dá pela produção e comércio do excedente, ou seja, independente de sua efetiva inserção no mundo da mercadoria, o camponês está voltado para “dentro”, “para o pequeno mundo concreto que conhece e identifica, como a família [...]” (MARTINS, 2003, p. 83), e qualquer luta contra o capitalismo, sobretudo individual, seria para ele, pode se afirmar, um massacre.

Para que haja mudança de atitude e de postura, a economia solidária propõe que o coletivo passe por um processo de formação, que sejam reafirmados os valores da prática coletiva, pautados em princípios éticos e de reciprocidade. Importante contribuição neste sentido é dada por Sabourin (2006, p. 233):

Na tese que defendemos, esses valores humanos não são dados culturalmente ou socialmente inseridos nas estruturas simbólicas e nas representações; são, ao contrário, construídos e reproduzidos pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade. Um dos aspectos mais graves da confusão entre essas lógicas (mesmo tratando-se de categorias teóricas) é, sem dúvida, o fato de justificar a mobilização de processos sociais apoiados em valores humanos de comunidades (aqui rurais), para favorecer, principalmente o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista.

A organização coletiva em economia solidária exige esta formação, e é o papel das incubadoras de empreendimentos solidários⁵ ou redes de tecnologia social⁶, existentes em várias universidades espalhadas pelo interior do país.

⁵ Na definição de Andrade, apud Andrade e Melo (2003, p. 199), as incubadoras de empreendimentos de economia popular e solidária são iniciativas inovadoras, incipientes e em construção no Brasil. Consiste em espaço físico apropriado (quando for o caso) e pessoal preparado para prover assistência gerencial e outros aspectos formativos. Elas oferecem assessoria técnico-gerencial, contábil e na área de relações humanas para empreendimentos formais e informais, já constituídos ou em constituição, por trabalhadores das camadas populares que estão desempregados ou trabalham na informalidade. Sua atuação abrange todo e qualquer empreendimento de natureza coletiva familiar ou de pequenos grupos que gerem renda e trabalho de forma cooperativa para seus integrantes, bem como resultem em organização social e bem-viver para todos. Esses empreendimentos podem ser de caráter produtivo ou de prestação de serviço.

⁶ Varanda e Bocayuva (2009, p. 27) destacam que as principais referências para a configuração dos procedimentos de incubação de empreendimentos solidários como uma tecnologia social, a ser reaplicada e financiada através da RTS (Redes de Tecnologia Social), foram as experiências desenvolvidas pelas incubadoras Universitárias de

O processo de educação em economia solidária se torna desafiador, sobretudo quando se tem em nossa sociedade atual o sistema capitalista, que não é um sujeito, mas também educa, utilizando-se de todos os meios para corromper o ser humano em sua plenitude. Buscamos em Harvey (2008) a sua compreensão sobre as artimanhas do capitalismo no processo de alienação do ser humano:

A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital - um processo a que vou me referir, de modo geral, como "controle do trabalho" - é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados, não somente no local de trabalho, como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. [...]. (HARVEY, 2008, p. 119, grifo do autor).

A afirmação de Harvey reflete claramente os meios pelos quais o sistema capitalista de produção consegue corroer corações e mentes na domesticação do ser humano. Parte-se do princípio de que o capitalismo também educa, porém é uma educação que destrói a essência coletiva e solidária do ser humano. E neste sistema, para que a organização coletiva solidária prospere, deve haver um processo de formação, não somente inicial, mas contínuo. Este é um dos desafios do coletivo que deseja ser autônomo e autogestionário, pois demanda tempo, dedicação e muita força de vontade entre o coletivo.

As formas de manifestação dos coletivos, na perspectiva da economia solidária, variam desde grupos informais aos formalmente constituídos por meio de associações ou cooperativas:

As cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo, sendo a instância inspiradora dos princípios do movimento cooperativo mundial. (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p. 63).

Cooperativas Populares (ITCPs) – apoiadas através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). O PRONINC financia universidades para que atuem com grupos populares, desenvolvendo ações voltadas para a geração de trabalho e renda, sobretudo junto aos beneficiários de programas redistributivos (como o Programa Bolsa Família do Governo Federal).

As cooperativas solidárias diferem das cooperativas capitalistas de produção, ou seja, as cooperativas solidárias são criadas a partir de necessidades e desejos comuns e, a partir do aperfeiçoamento do grupo, estes são conduzidos à autogestão, entendendo que “a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica autogestão” (SINGER, 2002, p. 18); para que isso ocorra, existem critérios, baseados em leis e em decisões tomadas pelo coletivo.

Ações da REINESCO desenvolvidas pela UNEMAT: COOPERED e Feira Virtual

A REINESCO foi constituída a partir de um projeto subsidiado pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projeto em 2005, no qual a UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso fez a incubação das Incubadoras na região Centro-Oeste, permitindo assim o início da articulação das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários.

Em 2009 foi aberto um edital para apresentação de projetos em rede e, com a liderança da UNEMAT, foi aprovado um projeto envolvendo ainda a UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, UEMS - Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul e UNB - Universidade de Brasília.

A atuação do projeto REINESCO tem sido dedicada à realização de trabalhos que vão no sentido de reduzir as barreiras que os Empreendimentos Econômicos Solidários possuem para comercializarem seus produtos. As principais ações da Rede, no âmbito da UNEMAT, são os dois empreendimentos econômicos solidários incubados pela INCUBESS – Incubadora de Empreendimentos Econômicos sustentáveis e solidários, objetivando aprimorar o processo de comercialização de produtos da agricultura familiar.

Destaca-se que o primeiro passo foi a definição e a criação dos empreendimentos que seriam acompanhados; criou-se então a Feira Virtual no município de Cáceres e a COOPERLIVRA - Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Nossa Senhora de Livramento. Estes dois empreendimentos foram criados a partir da necessidade premente na agricultura familiar de comercializar os seus produtos, e da identificação da demanda de consumo existente para os produtos.

Vale a ressalva de que a equipe gestora da rede em cada uma das Universidades parceiras, por meio de suas incubadoras, passou por um processo de formação e qualificação para a atuação junto aos empreendimentos. No caso da UNEMAT, iniciou-se no mês de agosto de 2011, quando foram feitos trabalhos de preparação da equipe para ir a campo realizar o trabalho de organizar os Empreendimentos, a princípio da feira virtual.

A principal estratégia de capacitação da equipe se deu na ocasião do SAP - Seminário de Avaliação e Planejamento. O SAP é realizado toda segunda-feira, um período do dia é

dedicado a estudar um tema relacionado à Economia Solidária, avaliar as atividades desenvolvidas na semana anterior e o planejamento das atividades da semana corrente. É um momento muito importante, pois proporciona a capacitação da equipe da Incubadora – INCUBEES – e o planejamento geral das ações.

Cada um dos empreendimentos exigiu uma metodologia de ação diferenciada, porém empreendidas a partir de várias reuniões de trabalho, encontros de formação e diálogos com os coletivos, como segue:

Feira Virtual

A Feira Virtual em Cáceres/MT tem como Objetivo trabalhar com os produtores da agricultura familiar e demais empreendimentos produtivos da Economia Solidária, promovendo a confiança e a inclusão desses grupos na sociedade, a fim de que obtenham maior renda.

As vendas são feitas pela internet e quem opera o sistema são os bolsistas de Extensão do Projeto. A Feira ainda se encontra em processo de consolidação, no entanto é possível perceber a relação de confiança e respeito estabelecida entre produtores e consumidores, por meio do comércio justo e solidário.

Com a instauração da Feira Virtual conseguimos avançar em dois aspectos: o primeiro é o aumento na organização sistemática do processo de comercialização dos EES que estão relacionados com a Feira Virtual, uma vez que estes passaram a ter um grupo de consumidores/as fixo na cidade; o segundo aspecto é o de organização da produção, pois na Feira Virtual a etapa das compras ocorre antes da etapa da produção, o que possibilita aos/às Trabalhadores/as elaborar seus produtos com certeza de venda.

Essa realidade remete ao resgate da confiança de Produtores/as da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos de Economia Solidária, pois entre o coletivo de produção da Feira não há o risco de produzir e não ter para quem vender, o que acarretaria em muitos casos a perda dos produtos, fato que é, comumente, relatado pelos/as trabalhadores/as em reuniões e eventos.

Outro impacto com a instauração da Feira Virtual foi o fato de que os/as consumidores/as cadastrados/as para comprarem na Feira Virtual despertaram o olhar para os grupos de Economia Solidária e núcleos de Agricultores Familiares existentes no município de Cáceres.

O processo de implantação da feira implica na formação de produtores e consumidores, que nesta relação são denominados Prosumidores/as. Tal formação enfatiza a questão do consumo solidário como forma de dinamizar a economia local, promovendo a

transferência de renda diretamente para as comunidades rurais, tendo em vista que neste processo não existe a figura do atravessador. A questão do consumo de produtos produzidos sem o uso de veneno é, também, um atrativo para os/as Prossumidores.

Para organizar o trabalho de mobilização e formação com os/as Prossumidores/as criamos núcleos de Prossumidores/as. De modo que constituímos 6 núcleos: da escola Natalino, do SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública, da UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso, do CEFAPRO - Centro de Formação e Atualização de Professores, do IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso e do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres.

Contudo, as dificuldades encontradas, e que necessitam ser aprimoradas, não demandam efetivamente da tecnologia utilizada para a feira especificamente em si, embora muitos dos produtores não tenham acesso direto a ela, mas sim em relação à logística. As condições de comunicação, neste caso, foram previamente estabelecidas com os produtores que vivem distantes da cidade, são feitas por meio de representantes das associações ou por intermédio dos produtores que são mais facilmente localizados por meio do telefone celular, e que se encarregaram da comunicação com os demais. Ou ainda, para os mais distantes a comunicação é feita via documento escrito, enviados pelos ônibus que fazem linha para a comunidade.

O produtor rural é prejudicado como, vendedor e como comprador. A fraqueza diante do intermediário depende de vários fatores que vão da oscilação das colheitas ao tipo de produto que tem para oferecer rapidamente perecível ou não, facilmente substituível por produtos importados ou não, destinado ao consumo local ou a mercados distantes. Se bem que o número de intermediários pese muito, uma coisa é certa: o agricultor sempre sai perdendo. (SANTOS, 2004, p. 292).

O maior entrave está de fato no transporte que, em se tratando de produtores da agricultura familiar, é sabido, é um problema que acomete a maioria, e o que os faz ficarem reféns dos atravessadores que buscam no campo a produção, em geral a preços baixos, e comercializam na cidade. Neste caso especificamente, o transporte é feito em geral por ônibus que regularmente fazem o trajeto até as proximidades dos sítios, onde embarcam os produtos, salvo alguns que transportam em motocicletas.

Ocorre que, mesmo diante das dificuldades, a Feira Virtual vem sendo avaliada pelos Prossumidores(as), que defendem a sua manutenção e que não querem, em hipótese alguma, que seja interrompida; embora isto não seja cogitado, acreditam que é possível o seu aprimoramento, e quiçá que seja possível em breve estabelecer um ponto fixo de venda, na perspectiva da economia solidária, por meio da ferramenta da Feira Virtual.

COOPERLIVRA

A constituição da COOPERLIVRA – Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Nossa Senhora do Livramento se deu a partir da união de várias associações do município de Nossa Senhora do Livramento/MT. As Associações são formadas por produtores rurais que em sua maioria vivem nas comunidades tradicionais do município. Um dos principais fatores que motivaram a criação da COOPERLIVRA foi a necessidade de possuir um meio legal para a comercialização dos produtos provenientes das associações.

As associações, por um determinado tempo, foram utilizadas para realizar a comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos e solidários - EES, ou seja, vinculados pelas associações, trabalhadores/as se aglutinaram e constituíram o empreendimento. As associações foram a forma legal de representação destes empreendimentos.

Entretanto, a natureza jurídica das associações não permitia que estas exercessem atividades com fins lucrativos. Começaram então, entre as associações, os problemas de prestação de contas, especialmente neste caso entre as prefeituras que compravam os produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o que inviabilizava a venda. Surgiu aí a necessidade e o interesse em criar a COOPERLIVRA como uma ferramenta que tornasse legal a venda dos produtos dos coletivos de cada associação vinculada à cooperativa.

Um aspecto de relevância é que desde o processo de idealização da COOPERLIVRA o poder público municipal a apoiou, através da Secretaria de Agricultura. O apoio do poder municipal foi muito importante para a consolidação do empreendimento, o que aumentou o conjunto de forças para que o empreendimento gerasse trabalho, renda e demais benefícios para o seu coletivo e para a comunidade de origem do EES.

Um dos problemas que esta cooperativa de associações enfrenta, na atualidade, está relacionado à produção centralizada no cultivo da banana e da mandioca. Ocorre que a maioria dos agricultores familiares, que vivem nas comunidades tradicionais culturalmente, há décadas, desenvolvendo o cultivo destes produtos, além de já possuírem a técnica de produção, têm nestes produtos a base alimentar de suas famílias. A inserção deste coletivo no mercado demanda uma variedade de produtos derivados destes cultivos e a construção de uma relação comercial, não somente local, mas também com outras regiões do país.

Considerações Finais

A logística ainda é precária para os EES e para os Agricultores/as Familiares em Mato Grosso, ou seja, em geral estes vivem distantes dos centros de comércio e, em sua maioria, ainda enfrentam o problema com as estradas em péssimas condições de locomoção.

No caso específico da Feira Virtual, reforçamos, os agricultores aproveitam o percurso realizado pelos ônibus que atendem suas comunidades para efetivar o escoamento de sua produção, que é levado da comunidade até a cidade. Em algumas comunidades esta prática atende a necessidade dos grupos de produção, em outras não funciona a contento.

A relação entre os grupos de produção, empreendimentos e núcleos de agricultores familiares e as empresas de transporte que atendem sua comunidade é uma relação frágil, e depende da boa vontade do motorista que faz o transporte. Em virtude disto, algumas comunidades, apesar do interesse, não possuem condições de participar da Feira Virtual, pois não conseguem mandar os produtos para cidade. Os mecanismos de comunicação com as comunidades, neste caso, ainda vem sendo aprimorado; como já citado anteriormente, nem todos que fazem parte do coletivo possuem acesso a internet e telefone.

Já no caso da COOPERLIVRA, tem-se buscado aprimorar o comércio e a variação da produção dos derivados da banana e da mandioca (doce, farinha, entre outros), a fim de inseri-los no mercado regional, fortalecendo a princípio a sua participação no comércio local.

O que se espera é que, com a constituição da rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, seja de fato possível ampliar o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas, e conseqüentemente chegar a um dos produtos que se espera desta rede, que é, além da constituição de um coletivo de Incubadoras, chegar ao desenvolvimento de metodologias de gestão em rede e de autogestão em diferentes cadeias produtivas, que possa de fato fazer uso das tecnologias, que possa vencer a barreira do transporte e da comunicação e, de fato, incluir os empreendimentos no mercado.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CATTANI, Antonio David. (Org). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 17º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LAFORGA, Gilmar. **Dinâmica do Comércio Justo, Associativismo e Agricultura Familiar no Complexo Agroindustrial Citrícola no Brasil: estratégia de proteção ou reprodução de exclusão de mercado?** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSC, 2004.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ANDRADE, Márcia Campos; MELO, Márcia Oliveira; ANDRADE, Geraldo Matheus. Como montar uma incubadora de empreendimentos de economia popular solidária. In: MANCE, Euclides André (Org). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In. CHNEIDAR, Sérgio. **A Diversidade da Agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos 1).

_____. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, Milton et. al. **Território, Territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002.

_____. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos 4).

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo – Cooperativa. In: CATTANI, Antonio David. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária. In. CATTANI, Antonio David. (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUZA, André Ricardo de. Os Empreendimentos Comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. Apresentado na mesa-redonda "Comunicação e Redes de Poder em Saúde". **2º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde**, São Paulo, dezembro de 1999. Disponibilizado pelo sítio em 08/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v4n7/02.pdf>>. Acessado em 13/02/2013

VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FASE/Ippur/Lastro/UFRJ, 2009. 152 p.